
O OLHAR DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO COM SUAS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Rafael José Nogueira

Graduado em História pela Univille – Universidade da Região de Joinville (2017). Professor de Sociologia na rede estadual de ensino de Santa Catarina, na cidade de Joinville para terceiros anos do ensino médio na Escola de Educação Básica Doutor Tufi Dippe. E-mail rjnrafa@hotmail.com

**O OLHAR DE ALUNOS DO TERCEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO
COM SUAS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**THE LOOK OF STUDENTS OF THE THIRD YEAR OF MIDDLE
SCHOOL WITH ITS PROPOSALS FOR BRAZILIAN EDUCATION**

Rafael José Nogueira

RESUMO

O que adolescentes entre 17 e 19 anos teriam a propor para a educação brasileira? Haveria alguma ideia inovadora? Ou simplesmente só reproduziriam o que eles têm escutado nos espaços virtuais? Seriam propostas conservadoras ou revolucionárias? Tudo isso e muito mais será apresentado nesta pequena experiência de ensino realizado na disciplina de Sociologia do terceiro ano do Ensino Médio. O trabalho foi desenvolvido com quatro terceiros anos como nota parcial para a composição da média do 3º bimestre. A seguir alguns resultados coletados para uma primeira análise, já que propostas nunca são fins em si mesmo. Estão sempre abertas.

PALAVRAS-CHAVE:

Olhar, ensino médio, educação brasileira.

ABSTRACT

What adolescents between the ages of 17 and 19 would have to propose for Brazilian education? Is there any innovative idea? Or would they simply reproduce what they have heard in virtual spaces? Are they conservative or revolutionary proposals? All this and much more will be presented in this small teaching experience held in the discipline of Sociology of the third year of High School. The work was developed with four third years as partial mark for the composition of the average of the third bimester. Here are some results collected for a first analysis, since proposals are never ends in themselves. They are always open.

KEY-WORDS:

Look, high school, Brazilian education.

A PROPOSTA DE TRABALHO

O trabalho solicitado aos alunos consistia em criar um partido político. Desta forma se alinhando com o conteúdo desenvolvido no terceiro bimestre sendo eles os conceitos de poder e política, a organização do Estado Brasileiro e as definições de partido político e ideologia, bem como algumas questões relacionados aos partidos brasileiros e o sistema eleitoral brasileiro. Foi permitido que se realizasse a atividade em até três integrantes.

Os itens que deveriam constar no partido eram seis ao total. Eram eles: um nome completo e por extenso antecedido de partido, a sigla, isto é, as letras iniciais do nome completo e por extenso acompanhado do nome inteiro. O próximo item deveria um número que representasse o partido sendo permitido somente dois números. Além disso era preciso dizer o porquê da escolha desse número. Essa justificativa deveria ter no mínimo duas linhas e no máximo quatro linhas. Todo o partido político se caracteriza por uma ou mais cores. O partido poderia ter uma cor no mínimo e três cores no máximo. Foi especificado que a escolha da cor ou das cores deveria vir acompanhado de um pequeno excerto de no mínimo duas linhas e no máximo quatro linhas.

A ideologia foi o item seguinte. O trio, dupla ou o aluno que quisesse fazer individualmente deveria dizer qual a ideologia ou ideologias que o partido defende. A explanação conteria no mínimo três linhas no máximo cinco linhas. Foi autorizado a escolha de uma a três ideologias. Foi colocado uma pequena lista inicial de ideologias como exemplo. Foram elas: Anarquismo, Comunismo, Fascismo, Nazismo, Neonazismo, Sionismo, Nacionalismo, Liberalismo, Libertarismo, Populismo, Esquerdismo, Social-democracia, Socialismo, Trabalhismo, Estadismo, Ultranacionalismo e Democracia cristã e etc. Obviamente essa não é uma lista final de ideologias e sim um ponto de partida com as mais conhecidas, o que não impediu os alunos de buscarem outras fora dessa lista.

O último componente que é o objeto de análise deste texto foram as propostas do partido em questão. A proposição pretendida foi de que os alunos descrevessem cinco propostas na área da educação. Cada proposta teria que contar com no mínimo duas linhas e no máximo quatro linhas. Poderiam ser propostas gerais ou propostas em nível local como para as escolas estaduais em Joinville ou ainda ideias para a própria escola que eles estudam. Para finalizar, foi pedido uma formatação básica dentro das normas da ABNT e as regras de entrega e desconto na nota caso fosse entregue atrasado como é de praxe em trabalhos desse

tipo. Os critérios para a avaliação foram divididos em cinco: dois pontos para a entrega na data pedida; dois pontos com o trabalho na formatação correta como foi solicitado; dois pontos se o texto viesse com a escrita clara e coerente; dois pontos para a sempre pedida organização do trabalho; e finalmente dois pontos se todos os itens pedidos (nome, sigla, número, cores, ideologia e propostas) constassem como foi explicado e instado.

Toda a orientação foi digitada e entregue de forma impressa aos alunos para não ficar nenhuma dúvida ou questão mal explicada. A atividade foi reforçada pela leitura conjunta das orientações com as turmas. O negrito e o sublinhado estiveram presente em cada item descrito na folha de orientações. O uso da caixa alta foi outro recurso usado para frisar o que a atividade pedia.

AS PROPOSTAS DE UMA ESCOLA NA CIDADE DOS PRÍNCIPES

Como foi supracitado, o exercício analítico vai se concentrar nas propostas apresentados pelos alunos por conta do espaço limitado. Foi recolhido as propostas consideradas mais inovadoras e peculiares. Houve várias propostas já conhecidas e que vem sendo discutido há décadas, mas infelizmente continuam sendo só um exercício reflexivo como foi a experiência de ensino discutida aqui. A identidade dos alunos será preservada assim como as séries. Elas serão substituídas por outros nomes fictícios a fim de não incorrer em questões de exposição indevida de imagem. A citação das propostas vai ser na forma literal, para evitar acusações de que o docente e autor deste trabalho estaria deturpando as propostas em virtude de suas posições ideológicas pessoais

SERIE A

Antes de cada dado é importante trazer um perfil mínimo da turma. A medida vai ser empregada com as outras três classes. Assim a turma “A” é composta de 27 alunos com 40,74% deles com 17 anos completos e a maioria 48,14% com a maioria de 18 anos já atingida. Apenas 11,11% dos alunos já tem 19 anos e estariam fora da idade prevista para esta série.

Em relação a esta série foi recolhido dois trabalhos. O primeiro partido criado chama-se *Partido Nacionalista Anticomunista* e coerentemente tem como ideologia o

nacionalismo. A proposta que chamou a atenção foi a seguinte: “O hino nacional brasileiro deverá ser cantado pelo menos 3 vezes na semana, para o aluno ter mais amor à pátria” Aqui é possível observar uma volta ao passado a uma escola que tentava inculcar um espírito nacionalista nos alunos usando a repetição de um símbolo nacional conhecido e próximo dos estudantes: o hino nacional. Este símbolo é uma tradição inventada ou uma invenção da tradição (CASTRO, 2002, p. 11)

O segundo partido veio em direção oposta a começar pelo nome *Partido do Meio Ambiente*. Debates ambientais são geralmente relacionadas a bandeiras mais à esquerda no espectro político. Daí a ideologia desse partido ser o populista. Pode ter ficado um pouco longe do ambientalismo as propostas, mas ressalva-se que o educando está em processo de ensino-aprendizagem e não consegue enxergar o todo. Entretanto tivemos uma proposta interessante: “Respeitar a autonomia dos professores, sem a proibição de assuntos como, por exemplo, “homossexualidade”.

A proposta selecionada foi a única a defender a liberdade de cátedra do professor entre todos os trabalhos. Pensando na atual conjuntura que o *Escola sem partido*¹ avança cada vez mais sobre a liberdade dos professores é importante saber que alunos reconheçam a autonomia do docente. Censurar o professor é o primeiro passo para o totalitarismo.

SÉRIE B

A série “B” em comparação com a primeira série mesmo tendo quase o mesmo número de alunos, tendo apenas um a mais, 28 no caso, tem em sua maioria, 57,14% de alunos com 17 anos completos, e depois 37,03% deles já completaram 18 anos. Uma parte ínfima completou 19 e 20 anos, sendo 3,57% cada. Nesta série foram observados dois trabalhos. Vamos a eles.

O liberalismo é o guia do primeiro partido denominado *Partido Republicano Liberal*. O *Escola sem partido* aparece em uma das propostas só que com mais tolerância: “Continuar apresentando o projeto de lei “Escola sem Partido” em legislativos municipais e

¹ Em seu site o movimento concede uma explicação do que seria o programa Escola Sem Partido: “Programa Escola sem Partido é um conjunto de medidas previsto num anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento Escola sem Partido, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” Disponível em: <https://www.programaescolasepartido.org/faq>. Acesso em: 7 fev. 2018

estaduais para fomentar o debate sobre esse tema” A proposta é fomentar o debate nos poderes legislativos municipais e estaduais sobre a possível “doutrinação partidária” nas escolas.

Agora do liberalismo vai-se ao conservadorismo, a democracia cristã e o nacionalismo no *Partido Conservador Cristão*. As propostas elegidas são claras e objetivas sobre o tipo de espaço escolar esperado:

1. Temos como objetivo implementar a doutrina cristã nas redes de ensino, para os discentes conhecerem os verdadeiros valores; 2- Pretendemos resgatar o hino nacional que antigamente era cantado em nossas escolas, por ser um símbolo da pátria que representa o nosso povo e a valorização do nosso país.

Implantar a doutrina cristã em uma escola confessional é totalmente livre e permitido. O que não poderia ocorrer em escolas públicas, pois é inadmissível pelo caráter laico do Estado brasileiro. O hino novamente é proposto para aglutinar pátria, Deus e moral. O nacionalismo seria o articulador entre valores cristãos, patriotismo e conservadorismo. A constituição federal define bem a separação entre Estado e igreja:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público [...] (BRASIL, 1988).

O Estado brasileiro é proibido de favorecer qualquer religião, exatamente para garantir a liberdade de culto de todas as denominações existentes em nosso país. É preciso entender que a lei permite uma colaboração de interesse público para a sociedade brasileira e não um favorecimento da religião. É um incentivo a um objetivo comum público que não tem relação com subsídios para dar vantagens a uma religião em detrimento de outras. Destarte a religião cristã no caso pode se relacionar com Estado brasileiro desde de que seja para interesse público.

SÉRIE C

O equilíbrio da faixa etária é visto nos dados na série “C”. Na casa dos 17 anos são 46,66% dos alunos e próximo os estudantes com 18 anos com 43,33% e uma pequena porcentagem de 10,0% de alunos já com 19 anos. Dois trabalhos serão analisados.

O nacionalismo parece ser uma convergência entre as séries e ser a base de pensamento dos trabalhos. O *Partido Milico* já deixa uma pista do que os alunos que criaram este partido vão apresentar como propostas. Um Estado punitivista contrário aos direitos humanos está presente nas proposições do partido:

- 1- Prisão perpetua ou pena de morte para crimes hediondos e sequestros, sem qualquer visita íntima e pagar os danos a vítima com “dente por dente olho por olho;
- 2- Queremos o sistema de bem-estar social “ligado aos valores cristãos”. Vamos conservar nossos valores, contra direitos LGBT, aborto, liberalismo e globalização através de punições, somos contra o casamento LGBT, mas nada contra o civil.

A prisão perpetua não está prevista na nossa constituição, deste modo uma eventual emenda à constituição passaria por um amplo debate com a sociedade. A pena de morte é prevista apenas em caso de guerra ou para militares e como a prisão perpetua seriam necessários procedimentos constitucionais para colocar em prática as medidas.

O Estado de bem-estar de valores cristãos dificilmente teria algum apoio para ser aprovado em possível emenda constitucional, pois como foi mencionado o Estado brasileiro é laico e não pode subsidiar nenhuma religião. Ir contra os direitos LGBT choca-se com a noção de direitos humanos entre eles a liberdade de diversidade da orientação sexual e de gênero. A oposição contra o aborto, liberalismo e a globalização é esperado de um partido com diretrizes conservadoras. Ao mesmo tempo há contradições entre ser a favor da pena da morte porém ser contra o aborto. Nos dois casos o que está em jogo é o direito à vida, que ironicamente é um direito humano e de certa forma converge do liberalismo e não no rol de simpatia do partido. A educação militar ilustra a próxima proposta: “3- Uma rede de educação liderada por professores militares, com aulas em campo, sobrevivência, economia, de turno integral, com um acesso online aos pais das aulas”. Esse pensamento de militarizar a educação, já existe em Goiás principalmente e avança para outros Estados. Em Santa Catarina e mais precisamente Joinville está planejado para os próximos anos implantar escolas militares gradativamente.

SÉRIE D

Na última série, a menor turma de todas com 25 alunos, existe ampla margem de alunos com 17 anos (64,0%). Com 18 anos e 19 anos são respectivamente 20,0% e 16,0%. Apenas um trabalho será avaliado.

O *Partido Educacional Liberal* foi um dos poucos realmente preocupados com a educação em nosso país sem se apoiar no nacionalismo. A dupla desenvolveu as ideias sob a ótica do liberalismo e do capitalismo. Destacam-se duas propostas nesse sentido

1- Criação de uma nova disciplina na grade curricular, denominada “Atualidades” com objetivos de pôr em discussão pautas atuais para alunos estarem bem informados e preparados para concursos e vestibulares; 2- Criação de projetos integradores em que, no último ano do ensino médio, cada aluno escolha um assunto referente à alguma disciplina, e faça um trabalho de conclusão do ensino médio – TCE-M.

A primeira proposta se adequa a preparação para o mercado de trabalho e o mundo competitivo da entrada nas universidades. Projetos integradores na escola pública parece um sonho distante apesar das tentativas e claro a sugestão de um TCE-M é inovador e necessário para pensar uma nova forma de ensino. Com feito, dizemos isso por aproximar o aluno da metodologia científica e da pesquisa, questões caras no nosso sistema educacional. É tão boa e positiva a ideia que chega a ser inviável na atual educação pública brasileira. É triste ter que frustrar os alunos de um sonho como esse, embora em um exercício escolar. Em outras palavras, privamos jovens da iniciação científica que só enfraquece o nível das escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ensino foi enriquecedora e foi possível vislumbrar um pouco de como pensam os alunos de uma escola pública no sul do Brasil. O liberalismo e o nacionalismo foram as principais ideologias que apareceram se sobrepondo as outras. Deste modo refletindo nas propostas e ideias para a educação como foi solicitado a eles. Preocupa algumas questões um tanto extremistas e antagônicas aos princípios que tem norteado as teorias da educação. É bom ressaltar que foi um simples exercício escolar, uma simulação, entretanto mostrou-se muito interessante para ter-se uma noção do que eles acham que deve ser feito para melhorar a educação que respira por aparelhos em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Orientações Curriculares Nacionais: Ciências humanas e suas tecnologias. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em: 4 out. 2017.

_____. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências humanas e suas tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 4 out. 2017.

_____. **Ministério da Educação e Cultura**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.349, de 20 de dezembro de 1996. – 14. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 43 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

KARNAL, Leandro. **Conversar com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina**. Proposta Curricular de Santa Catarina – 2015. Florianópolis: IOESC, 2015.

TONETTO, Milene Consenso. **Dignidade e direitos em Kant**. Kant e-Prints (Online), v. 09, p. 42-53, 2014.

Experiência de ensino recebida em outubro de 2017. Aprovada em fevereiro de 2018.